



CAMINI, Lúcia. **Contradições e avanços na construção das políticas educacionais no Rio Grande do Sul (1999-2002)**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 312p.

O texto trata essencialmente da implementação de políticas públicas educacionais pelo Estado, nesse período histórico de mundialização do capital. Faz um recorte de análise do processo de construção da Política Educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços. Descreve o movimento de implementação da política educacional no Estado, as condições, as relações internas e externas ao Estado, as tensões, os limites e possibilidades de superação alcançadas. A análise produzida situa-se no contexto de mudanças no capital, no processo de globalização financeira e do trabalho via reestruturação produtiva, reformas do Estado e medidas de ajuste fiscal

A política educacional, nesse período, foi assumida como parte do projeto de desenvolvimento social, em que o Governo estabeleceu uma relação democrática com a sociedade na gestão pública. O objetivo era assegurar o controle público sobre os projetos e ações do Governo e do Estado, através da participação direta dos sujeitos sociais envolvidos na formulação, acompanhamento e execução das políticas públicas.

A publicação foi recomendada pela Banca na defesa da dissertação de mestrado na UFRGS, entendendo a importância do debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas com caráter de direito social, nesse contexto marcado pela hegemonia e crise do capital.

O referencial teórico baseia-se em autores que analisam esse momento particular do capitalismo, sua relação e influência sobre as reformas do Estado, ocorridas na década de 1990. O texto faz um balanço crítico das condições do Estado (ente federado) para desenvolver um projeto que se pretende democrático e comprometido com a universalização das políticas públicas educacionais no contexto de um Estado estruturado para funcionar a partir dos interesses do capital. Em síntese enfatiza a importância de perseguir a meta de universalização da educação enquanto uma política pública de responsabilidade do Estado na ampliação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Estado, Política Pública, Educação, participação popular, relações de força.